

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.441.815 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.013.193 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 385.356 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Auditoria de primeiro ano

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Fomos nomeados como Auditores do Grupo Jerónimo Martins durante o ano de 2017.</p> <p>Tratando-se de uma auditoria de primeiro ano, torna-se necessário um conjunto adicional de procedimentos que não são executados em auditorias recorrentes. Foram tomados um conjunto de considerações e desenvolvidas atividades adicionais para a</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Desenvolvemos um plano de transição que incluía o planeamento de um conjunto de atividades para garantir uma transição eficaz do anterior auditor. As atividades planeadas incluíram, entre outras, um entendimento inicial do Grupo e das suas operações, incluindo informações sobre a sua história, estratégia, riscos de negócio, estrutura dos sistemas de informação, ambiente de controlo, incluindo controlo interno, e processo de relato financeiro, para nos permitir uma melhor avaliação dos riscos de auditoria;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

definição de uma estratégia e plano de auditoria adequados, dos quais destacamos:

- ▶ Obtenção de um bom entendimento do Grupo e das suas atividades, incluindo o ambiente de controlo, de forma a efetuar uma correta avaliação de risco e definir uma estratégia e plano de auditoria adequados;
- ▶ Obtenção de prova de auditoria sobre os saldos de abertura, incluindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos;
- ▶ Comunicação com o anterior auditor;
- ▶ Revisão e discussão com o Grupo das Matérias Relevantes de Auditoria incluídas na Certificação Legal de Contas do anterior auditor.

Para algumas áreas específicas, as quais identificamos como apresentando um maior risco de auditoria, foram efetuados procedimentos adicionais de auditoria sobre os saldos iniciais, nomeadamente:

- ▶ Revisão dos testes de imparidade de lojas preparados pela Gestão;
- ▶ Revisão dos ajustamentos manuais e análise do corte de operações dos lançamentos relacionados com os Ganhos Suplementares;
- ▶ Discussão com a Gestão sobre as questões fiscais mais significativas, incluindo a revisão da avaliação e documentação de suporte preparada pelo Grupo; e
- ▶ Para as principais aplicações informáticas que suportam as operações do Grupo, foi efetuado um entendimento dos principais processos.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Avaliámos os saldos iniciais, assim como a seleção e correta aplicação das políticas contabilísticas através da revisão dos principais suportes que serviram de prova de auditoria do anterior auditor relativamente à auditoria do ano de 2016, quer ao nível das contas consolidadas quer ao nível das componentes relevantes do Grupo;
- ▶ Discutimos e aprovámos o plano de auditoria do Grupo em conjunto com a Comissão de Auditoria e a equipa executiva do Grupo Jerónimo Martins, e efetuámos reuniões regulares para apresentação de pontos de situação sobre as tarefas executadas e dos principais assuntos identificados;
- ▶ Realizamos uma reunião global de planeamento de auditoria, em abril de 2017, na qual os membros da equipa executiva de Jerónimo Martins apresentaram, aos elementos mais experientes da equipa de auditoria do Grupo e das principais localizações, a forma como o Grupo está organizado e os seus principais processos;
- ▶ Reunimos com as equipas de Gestão do Grupo, quer a um nível central, quer a um nível local, para obter um entendimento detalhado do Grupo Jerónimo Martins, incluindo os seus principais processos e controlo interno. Esta atividade incluiu a realização de mais de 80 reuniões e cobriu todas as geografias;
- ▶ Efetuamos a leitura da correspondência entre o Grupo e o Regulador relativamente às demonstrações financeiras do ano de 2016 e analisámos as alterações efetuadas pelo Grupo;
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais efetuados nos Ganhos Suplementares, de forma a verificar a exatidão dos montantes registados e verificar que se encontravam registados no período correto;
- ▶ Avaliámos as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo e os julgamentos efetuados pela Gestão revendo os manuais de políticas contabilísticas do Grupo e da documentação técnica preparada sobre tópicos específicos;
- ▶ Efetuamos a revisão dos principais processos fiscais em curso, incluindo a revisão da avaliação efetuada pelo Grupo para as provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras de 2016, assim como uma avaliação independente da necessidade de provisão a ser constituída; e
- ▶ Obtivemos um entendimento dos principais sistemas de informação que suportam o negócio do Grupo e efetuamos procedimentos adicionais para obter confiança nos processos de Gestão de Alterações e Gestão de Acessos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	Considerámos os resultados da nossa auditoria, à medida que foi progredindo, para obter evidências adicionais sobre os saldos iniciais.

2. Teste de imparidade sobre ativos fixos - Lojas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 2.500 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e caso existam na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras e a existência de concorrência significativa.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa; ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuamos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; ▶ Efetuamos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; e ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas conforme divulgado nas notas 4, 14 e 15 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento de fornecedores e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos à compreensão e testes ao interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

em contratos com fornecedores devem ser considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).

O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Testámos, para uma amostra de contratos de ganhos suplementares, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados;
- ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente quanto à validação das notas de crédito subsequentemente emitidas e avaliação de indícios de imparidade;
- ▶ Obtivemos confirmação externa de fornecedores para uma amostra de descontos (confirmação de transações);
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e verificar que se encontravam registados no período correto;
- ▶ Efetuamos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente análise mensal, variação face ao ano anterior, análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e
- ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Litígios e contingências fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O risco associado aos assuntos fiscais e às disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos consultores jurídicos e fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos sobre questões fiscais específicas, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios com a Autoridade Fiscal são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).

Com referência a 31 de dezembro de 2017, o total de contingências fiscais, líquido de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais;
- ▶ Obtivemos, através do envio de carta com pedido de detalhe dos processos em curso, o entendimento dos advogados que representam o Grupo sobre os temas fiscais;
- ▶ Efetuamos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências fiscais; e
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso com o apoio de especialistas fiscais internos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 26 milhões de Euros.</p> <p>O Grupo divulga um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017 e 2018, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, o qual ascende 50 milhões de euros de imposto a pagar por cada ano.</p> <p>Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estas questões fiscais, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de

- não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
 - ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
 - ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

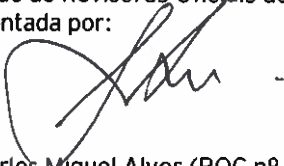
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 e 2018;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 26 de fevereiro de 2018; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515